
**EDITAL DE CREDENCIAMENTO-CHAMADA
PÚBLICA Nº 001/2022 –
ABAETETUBA, ANANINDEUA, ALTAMIRA,
BELÉM, BREVES, BARCARENA,
BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ,
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, IGARAPÉ
AÇÚ, IGARAPÉ MIRI, ITAITUBA, MARABÁ,
MARAPANIM, ORIXIMINÁ,
PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SANTARÉM,
SANTA ISABEL DO PARÁ, SANTA MARIA
DO PARÁ.**



**CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2022 – IASEP
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2022/523414**

A Comissão instituída através da Portaria nº 002/2022 de 03 de Janeiro de 2022, do Presidente do IASEP, torna público, que fará realizar “**CHAMADA PÚBLICA**” nos termos e condições desta, visando firmar **CONTRATO**, regido pela Lei 8.666/93, para os prestadores de serviços, objetivando a assistência na área de saúde aos segurados e dependentes do IASEP para os Municípios de **ABAETETUBA, ANANINDEUA, ALTAMIRA, BELÉM, BREVES, BARCARENA, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, IGARAPÉ-AÇÚ, IGARAPÉ-MIRI, ITAITUBA, MARABÁ, MAPARANIM, ORIXIMINÁ, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SANTARÉM, SANTA ISABEL DO PARÁ, SANTA MARIA DO PARÁ**, consoante às regras e especificações da presente Chamada Pública e seus anexos I, II e III.

Os interessados poderão retirar o arquivo eletrônico desta Chamada Pública, nos seguintes endereços: www.compraspara.pa.gov.br e www.iasep.pa.gov.br.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:

Período de Recebimento: das 08h do dia 06/06 até às 23h59 do dia 24/06 de 2022.

ENDEREÇO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:

Endereço eletrônico: iasepcredenciamento@gmail.com

Belém, 06 de Junho de 2022.

FRANK KARSON XABREGAS LOBATO
Presidente da Comissão de Credenciamento do IASEP

ROBSON MANOEL COSTA PEREIRA
Membro da Comissão de Credenciamento

YARA MARIA BARROS CAVALEIRO DE MACEDO
Membro da Comissão de Credenciamento

LEANDRO LUCAS DOS SANTOS
Membro da Comissão de Credenciamento

ANDREA FONTENELE GOMES ALVES
Membro da Comissão de Credenciamento

1. OBJETO

Contratação de empresas e profissionais da área de saúde, Pessoa Física e Pessoa Jurídica objetivando a assistência na área de saúde aos segurados e dependentes do IASEP para os Municípios de **ABAETETUBA, ANANINDEUA, ALTAMIRA, BELÉM, BREVES, BARCARENA, BRAGANÇA, CAPANEMA, CAMETÁ, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, IGARAPÉ-AÇÚ, IGARAPÉ-MIRI, ITAITUBA, MARABÁ, MAPARANIM, ORIXIMINÁ, PARAGOMINAS, REDENÇÃO, SANTARÉM, SANTA ISABEL DO PARÁ, SANTA MARIA DO PARÁ**, conforme os procedimentos elencados no anexo I do presente edital.

1.1. Parágrafo Primeiro: O IASEP não se obriga a contratar todos os procedimentos ofertados pelos proponentes, reservando-se o direito de contratar somente o que está contido no Anexo I e na quantidade adequada à demanda do órgão.

1.2. Parágrafo Segundo: A prestação de serviços na área de saúde deverá atender às especificações e condições especiais na presente **Chamada Pública**, sob pena de inabilitação.

2. REGÊNCIA LEGAL

O presente credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Resolução TCE/PA n.º 17.407, Acordão 670/2008 Plenário TCU com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, no que couberem, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado, e as regras capituladas nesta **Chamada Pública**.

3. JUSTIFICATIVA

O IASEP é uma autarquia estadual responsável pela gestão do plano de Assistência à Saúde dos servidores do Estado do Pará, regido pela Lei. 6.439, de 14 de janeiro de 2002, com a adesão facultativa. Possui aproximadamente 210 mil segurados entre titulares e dependentes distribuídos em Belém e nos 143 municípios do Estado.

4. PRAZOS

4.1 O prazo de vigência do contrato a ser celebrado com os serviços habilitados junto à este IASEP, será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses;

4.2 A assinatura do contrato será mediante convocação pelo Gabinete da Presidência do Instituto.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

5.1 Poderão participar do presente processo

5.1.1 As Pessoas Físicas e Jurídicas, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal; que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do IASEP e do direito administrativo; que satisfaçam as condições fixadas neste Edital Anexo I;

5.1.2 O credenciado, cujo contrato encerrar-se-á no presente exercício, e que tenha interesse em continuar a prestar serviços para o IASEP, está obrigado a participar da presente Chamada Pública.

5.1.3 Para participar da Chamada pública, o interessado deve encaminhar a documentação em formato digitalizado, PDF, Zipado, em conformidade com o Item 7, Item 8 e Item 9 do presente Edital.

5.1.4 A documentação deve ser encaminhada, no prazo de recebimento da documentação previsto no Edital, ao endereço eletrônico: **iasepcredenciamento@gmail.com**

5.2 Estão impedidas de participar do presente processo:

5.2.1 Pessoas físicas e/ou jurídicas cujos sócios e/ou dirigentes também ocupem cargo de direção e/ou assessoramento junto ao Poder Executivo Estadual, de acordo com o § 4º do art. 26 da Lei Federal n.º 8080/90, bem como responsável pela licitação, empresas suspensas ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública direta ou indireta, seja Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.2. Serão considerados inabilitados do presente processo, os concorrentes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos obrigatórios exigidos no presente edital.

5.2.3. Os impedidos de contratar com a Administração Pública conforme Lei Federal n.º 8.666/93.

5.2.4. Os impenidos mencionados no art. 96 da Constituição do Estado do Pará e no art. 54 da Constituição Federal.

5.2.5. Poderão participar desta presente chamada publica: PESSOAS JURIDICAS município de Belém e nos DEMAIS MUNICIPIOS PESSOAS FISICAS E JURIDICAS.

6. PAGAMENTOS

6.1 O Pagamento pelos serviços prestados serão efetuados no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da apresentação das contas ao contratante, excetuando-se o valor referente às glosas.

6.2 O contratado deve apresentar a nota fiscal e recibo acompanhados de guias de recolhimento de FGTS e INSS devidamente quitadas referentes ao mês anterior a execução dos serviços.

6.3 Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária (OB) em conta corrente do banco do Estado do Pará BANPARÁ, conforme os termos do decreto Estadual nº 877 de 31 de março de 2008.

7 DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E OFERTA DE SERVIÇOS

7.1 Os interessados deverão encaminhar ao endereço eletrônico dentro dos prazos indicados no preâmbulo da Chamada Pública, a documentação completa de qualificação técnica e oferta de serviços, precedida de Requerimento de apresentação.

7.2 A documentação deve estar organizada sequencialmente na ordem que está estabelecido neste edital

8. DA OFERTA DE SERVIÇOS

Os interessados deverão encaminhar requerimento com a discriminação de todos os serviços que desejam executar e suas respectivas especialidades, de acordo com os procedimentos descritos no anexo I desta **Chamada Pública**.

9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

O solicitante deverá apresentar para a habilitação os seguintes documentos:

9.1 PESSOA JURÍDICA

9.1.1 Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, também acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício,
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2 Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal (através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- c) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual (Tributária e Não Tributária).
- d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Municipal, do domicílio da Licitante, atualizadas;
- e) Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.
- f) Declaração de que não emprega menor conforme o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do art. 27, V, todos da lei de licitações, Anexo II.
- g) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público estadual, Anexo VI.
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

9.1.3 Documentos relativos à Capacidade Técnica:

- a) Alvará sanitário atualizado (Vigilância Sanitária Municipal e/ou estadual);
- b) Memorial descritivo contendo: Especificação do quadro de pessoal; Equipamentos técnicos correlatos à área de atuação; descrição da Área física devendo contemplar no mínimo: Microcomputador, especificando a configuração básica: processador, memória, HD e placa de rede; acesso à internet de banda larga; linhas telefônicas, com números especificados; especificação do e-mail;
- c) Relação do Corpo Clínico para atendimento da área de atuação, contendo Declaração pessoal dos profissionais indicados pela proponente, de que se encontram à disposição da

mesma (indicando a razão social da empresa) para a execução dos serviços (RG; CPF), diploma de graduação, certificado de residência ou especialização, documento comprobatório do título de mestrado e/ou doutorado, quando houver, prova de regularidade dos profissionais junto ao conselho de classe;

- d) Prova de Regularidade do proponente junto ao respectivo Conselho de Classe;
- e) Declaração de que possui as instalações físicas e equipamentos adequados e disponíveis para a prestação dos serviços objetos deste Edital, Anexo V.
- f) Solicitação dos serviços a serem credenciados. Anexo IV.

10. PESSOA FÍSICA:

Só poderão Solicitar Credenciamento as Pessoas Físicas dos Demais Municípios, exceto o Município de Belém.

- a) Diploma de graduação;
- b) Título de especialista na área proposta ou Certificado de Conclusão de Residência médica na área proposta reconhecida pelo Conselho Profissional;
- c) Documento comprobatório do título de mestrado e/ou doutorado;
- d) Inscrição no Conselho Profissional Competente;
- e) Comprovante de quitação de anuidade do Conselho Profissional Competente;
- f) CPF;
- g) Documento de Identidade;
- h) Inscrição do ISS;
- i) Curriculum vitae atualizado;
- j) Declaração de que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados para a prestação dos serviços objetos do Edital, mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal de sua disponibilidade, devendo contemplar no mínimo necessário para execução do serviço ANEXO V;
 - j.1) Microcomputadores, indicando a quantidade, as características e as especificações de cada equipamento, software instalados, possibilidade de conexão para transmissão de informações, via placas de comunicação de dados;
 - j.2) Linhas telefônicas, informando os números e descrevendo o sistema de telefonia existente;
 - j.3) Acesso à Internet, indicando o e-mail, informando a quantidade de aparelhos e o número de linhas telefônicas;
 - j.4) Sistema informatizado de gerenciamento de processos, com descrição de suas características;

O INTERESSADO QUE NÃO PREENCHER TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, SERÁ AUTOMATICAMENTE INABILITADO PELA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO.

11. DA VISTORIA TÉCNICA:

11.1. Será realizada vistoria técnica "in loco" por equipe designada pelo Presidente da Comissão nas instalações dos interessados que obtiveram habilitação, visando emitir relatório com parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições da estrutura física e funcional, higiene, biossegurança, corpo clínico, funcionamento dos equipamentos declarados e necessários à realização dos serviços;

11.2. A vistoria técnica será realizada após a conclusão da fase de habilitação da documentação entregue pelo proponente.

11.3. A equipe técnica de Vistoria emite relatório conclusivo considerando o proponente habilitado ou não para celebrar contrato.

12. DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO:

12.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos desta **Chamada Pública**, de acordo com as necessidades do Instituto e a disponibilidade financeira e orçamentária;

12.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico mencionado na cláusula anterior, a Comissão Técnica emitirá Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, no quantitativo solicitado por esta Chamada Pública, o qual será submetido de imediato à homologação da Presidência do Instituto;

12.3. Após decisões homologatórias da Presidência, caberá ao proponente pedido de reconsideração no prazo de 05 dias;

12.4. Após decisões da Presidência em grau de reconsideração, caberá ao proponente recurso a Comissão de Credenciamento no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;

13. DA CONTRATAÇÃO

a) Os interessados que forem habilitados ao credenciamento por esta **Chamada Pública**, serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, cuja minuta consta no **Anexo I (contrato)**, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;

b) São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;

c) As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente ao Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do Contrato.

14. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS.

a) O IASEP pagará, mensalmente, aos contratados de serviços de saúde, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, conforme Lista Referencial do IASEP (LR).

b) Com base em valores da (LR), o IASEP poderá ao seu critério e em acordo previamente firmado com o prestador de serviço, adotar remuneração de procedimentos por meio de pacotes.

c) As despesas decorrentes das contratações previstas neste edital serão cobertas pelas Dotações Orçamentárias do IASEP.

d) Os serviços prestados ao IASEP serão pagos através de Conta Corrente do Banco do Estado do Pará, conforme os termos do Decreto n.º 877/2008.

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS.

Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará, valer-se-á de recursos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/2022:

FONTE DE RECURSO	RECEITA PRÓPRIA - 0261
PROJETO ATIVIDADE	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE AO SERVIDOR - 8888
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	PESSOA JURÍDICA – 339039
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	PESSOA FÍSICA – 339036

16. DAS SANÇÕES

O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e demais normas legais, assegurado o direito de ampla defesa.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O IASEP poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular a presente **Chamada Pública**, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;
- b) O Instituto poderá, a qualquer tempo, realizar novas **Chamadas Públicas**, através da divulgação nos meios de comunicação disponíveis para atender suas necessidades de credenciamento;
- c) Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação da presente **Chamada Pública** a ser divulgada, conforme as necessidades do IASEP deverão ser encaminhadas por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento, através do endereço eletrônico constante no item 5.1.4, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação dos respectivos instrumentos acima.

18. DOS ANEXOS

ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS;

ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES;



ANEXO III- MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO IV- SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CREDENCIADOS

**ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL;**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL**

Belém/PA, 06 de Junho de 2022.

BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
Presidente/IASEP

FRANK KARSON XABREGAS LOBATO
Presidente da Comissão de Credenciamento do IASEP

ANEXO I DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS

ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL

1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

1.1. Consultas Médicas nas especialidades de:

Anestesiologia, Angiologia, Alergologia, Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia Buco-Maxilo-Facial, Cirurgia Cabeça e Pescoço, Cirurgia Torácica, Cirurgia Pediátrica, Cardio Vascular, Clínica Médica, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Hematologia, Hepatologia, Infectologia, Mastologia, Nefrologia, Neurologia, Neurocirurgia, Nutrologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Oncologia Clínica, Oncologia Pediátrica, Otorrinolaringologia, Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia, Urologia.

1.2. Avaliação em:

Nutrição, Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Acupuntura.

1.3. Apoio Diagnóstico em:

Laboratório de Análises Clínicas, diagnóstico por imagem grupo I, II e III;

1.4. Diagnose Especializada: Cardiologia, ginecologia, Oftalmologia, Gastroenterologia, Otorrinolaringologia, Urologia, Dermatologia, Oncologia (PET-CT).

1.5. Tratamento Sequencial em: Fisioterapia, Psicoterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Acupuntura, Hemodiálise, Radioterapia e Quimioterapia.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

2. ATENDIMENTO HOSPITALAR

Atendimento de Urgência e/ou Emergência; internação Clínica, Cirúrgica, Obstétrica e Pediátrica; UTI adulto, pediátrica e neonatal.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Ao

IASEP - Comissão De Credenciamento

Ref: CHAMADA PÚBLICA Nº xxx/2022

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Prezados Senhores,

A empresa/clínica _____, **CNPJ nº** _____, sediada _____, através de seu Representante Legal, _____, CPF: _____, por seu responsável legal infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da rescisão do futuro contrato, para os devidos fins requeridos no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666 de 1993, que não tem em seus quadros de empregados menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data _____

Responsável (nome completo) (N.º do CPF)

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. /2022.

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ E, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME CHAMADA PÚBLICA Nº. XX/2022, MUNICÍPIOS.

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ-IASEP, é uma Pessoa Jurídica De Direito Público Interno, com Sede à Rua Boaventura da Silva nº 401, Reduto, CEP: 66.053-050 – Belém/PA, inscrito no C.N.P.J. Nº. 05.056.031/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA, brasileiro, Estado Civil casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 18940, expedida pela OAB/PA, e inscrito no CPF/MF sob nº. 004.521.132-96, residente em Belém/PA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, _____, inscrito no CNPJ sob o nº. _____, com endereço à _____ Nº _____, Bairro _____, CEP: _____, neste ato representado por _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, mediante as condições constantes nas cláusulas que.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O CONTRATADO prestará serviços na área da saúde, aos Segurados Titulares e Dependentes do IASEP discriminados no Anexo I do presente Contrato, previamente definido e, em consonância com as necessidades do CONTRATANTE, que integra este instrumento, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: Constituem obrigações do CONTRATADO:

2.1 - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

2.1.1 - Os serviços serão executados na área de saúde, em instalações próprias do CONTRATADO, com seus próprios recursos, equipamentos, materiais e demais meios necessários para o cumprimento do objeto deste contrato;

2.1.2 - Os equipamentos e instrumentais necessários para a correta execução dos serviços, manutenção, bem como, calibração, para o bom estado de conservação e funcionamento, respectivamente, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO, devendo obedecer as Recomendações da Diretoria Colegiada – RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

2.1.3 - Os Produtos para a saúde, ou materiais técnicos deverão estar devidamente registrados na ANVISA;

2.1.4 - É vedado ao CONTRATADO, sob qualquer hipótese, pretexto ou alegação,

discriminar ao atender os segurados do IASEP de forma distinta daquela dispensada aos clientes vinculados a outras Operadoras de planos de saúde;

2.1.5 - O CONTRATADO deverá realizar a marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos de forma a atender às necessidades dos segurados do IASEP, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como aqueles com mais de sessenta anos de idade, as gestantes, lactantes, e crianças até cinco anos de idade;

2.1.6 - O atendimento seguirá prioritariamente as normas deste Contrato, considerando inclusive o disposto no ANEXO I, que é parte integrante deste Instrumento;

2.1.7 - O CONTRATADO deverá manter atualizados, os dados do Responsável Técnico, pelo serviço prestado ao CONTRATANTE, sob pena de suspensão;

2.1.8 - A eventual alteração de qualquer ato constitutivo deverá ser comunicada previamente ao CONTRATANTE. No caso de mudança de endereço do CONTRATADO, o novo local sofrerá vistoria técnica e, após o IASEP analisar a conveniência de manter os serviços no novo endereço, podendo ainda, rever as condições do Contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente;

2.1.9 - O CONTRATADO deverá apresentar produção de serviços, mensalmente, conforme cronograma disponibilizado pelo CONTRATANTE;

2.1.10 - "Caso o CONTRATADO decida pela suspensão da prestação dos serviços, deve informar á CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e apresentando a devida justificativa, sob pena de incidência das penalidades previstas na CLÁUDULA QUINTA".

2.1.11 - O CONTRATADO deverá disponibilizar agendamento para os segurados do IASEP, dentro dos dias úteis de cada mês. Para assistência ambulatorial- consultas médicas, deverão assegurar a quantidade mínima de produção, de 20 (vinte) consultas semanais aos segurados do IASEP, sob pena de suspensão;

2.1.12 - A mudança de Diretor Clínico, Responsável Técnico, bem como do Corpo Clínico, deverá ser comunicada imediatamente ao CONTRATANTE, para a adoção de providências internas cabíveis;

2.1.13 - É vedada a cessão, transferência ou comprometimento de quaisquer obrigações desse Contrato a terceiros, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

2.1.14 - É responsabilidade, do CONTRATADO, cuidar da manutenção e da utilização da senha individual de cada funcionário que for indicado para possuí-la;

2.1.15 - É vedado o atendimento do segurado sem documento de identificação com fotografia, excetuando-se menores até 10 anos de idade;

2.1.16 - É vedado ocultar o nome do credenciado assim como o número do registro no Conselho de Classe;

2.1.17 - É obrigatória a utilização dos códigos e dos preços da Lista Referencial do IASEP;

2.1.18 - É de inteira responsabilidade do CONTRATADO a veracidade dos dados cadastrais, expressos neste contrato;

2.1.19 - É de inteira responsabilidade do CONTRATADO a digitação dos dados, de serviços produzidos com o atendimento dos segurados, para efeito de apresentação da fatura mensal; - Deverá O CONTRATADO cumprir fielmente as Normas Gerais do Sistema e-Saúde;

2.2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os Serviços serão executados em conformidade e observância com os seguintes critérios:

221 - Para a realização do atendimento aos segurados do IASEP, é imprescindível a solicitação de identificação, através do CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO IASEP, acompanhado de documento de identificação civil; Comprovação de estar em dia com as contribuições para com o IASEP;

222 - Os Atendimentos deverão ser efetuados, mediante consulta prévia no sistema informatizado, e-Saúde, do CONTRATANTE quanto: a situação cadastral do segurado referente à regularidade da contribuição, o cumprimento de carências e a disponibilidade de cotas para a realização de procedimentos;

223 - O CONTRATADO está autorizado a realizar os procedimentos discriminados no ANEXO I deste Instrumento.

2.3 - DA APRESENTAÇÃO DA COBRANÇA: a Cobrança dos serviços prestados deverá ser apresentada pelo CONTRATADO no Protocolo institucional, com a observância dos seguintes parâmetros:

2.3.1 - A Cobrança dos serviços prestados é constituída de CAPA DE LOTE, gerada no sistema e-Saúde, de forma eletrônica.

2.3.2 - O período de apresentação das Cobranças, dos Serviços prestados pelo CONTRATADO, será assim realizado:

Belém - do 1º ao 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços realizados;

Demais Municípios- do 5º ao 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços realizados.

2.4 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO: Constituem responsabilidades do CONTRATADO:

2.4.1 - As Obrigações e encargos trabalhistas, resultantes de vínculo empregatício, relativos ao pessoal para execução do objeto deste Contrato, por parte do CONTRATADO, não caracteriza em nenhuma hipótese transferência de responsabilidades dos referidos encargos ao CONTRATANTE;

2.4.2 - Os danos decorrentes de culpa por parte do quadro profissional e/ou de terceiros, autorizados pelo CONTRATADO para a execução de serviços, assim como, os em decorrência de falhas em instalações e equipamentos;

2.4.3 - Os prejuízos decorrentes de atos e omissões danosas, aos segurados do IASEP, praticados por seus empregados, prepostos, diretores ou profissionais por si autorizados;

2.4.4 - Todos os encargos de natureza tributária incidentes sobre os valores dos serviços prestados, ficando o CONTRATANTE autorizado a efetuar as retenções e os recolhimentos previstos em Lei;

2.4.5 - Os documentos de cobrança deverão ser assinados pelo CONTRATADO, ou por pessoa legalmente autorizada para o ato, a qual com a aposição de sua assinatura e carimbo confirmarão a procedência e lisura da documentação, assumindo responsabilidade solidária com o CONTRATADO para todos os fins de direito.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Constituem Obrigações do IASEP:

3.1 - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

3.1.1 - O CONTRATANTE disponibilizará acesso ao sistema informatizado, e-Saúde, e realizará treinamento, em local previamente determinado, para a utilização do referido sistema;

3.1.2 - O CONTRATANTE deverá informar previamente ao CONTRATADO sobre toda e qualquer alteração ocorrida nos seus procedimentos administrativos, que possa

repercutir no atendimento aos Segurados do IASEP;

3.1.3 - Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com qualidade e resolutividade, cumprindo rigorosamente o estabelecido neste Contrato, realizando vistoria e ou auditoria técnica amostral, sem que, isso interfira na relação médico-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotada pelo CONTRATADO, desde que consentâneos com a ética e com saber científico preconizado na atualidade;

3.1.4 - Zelar para que o CONTRATADO atenda o segurado do IASEP dentro do estabelecido pelo Código de Ética das respectivas profissões;

3.1.5 - O CONTRATANTE procederá a Auditoria Concorrente e retrospectiva da Fatura protocolada, efetuando o pagamento dos serviços realizados, na forma e prazos constantes deste Instrumento.

3.2 - DO PREÇO: Os serviços prestados pelo CONTRATADO serão remunerados com base nos seguintes critérios:

3.2.1 - Que tenham sido efetivamente prestados aos segurados do IASEP, com base na solicitação do Médico Assistente;

3.2.2 - Os preços dos serviços são os constantes da LISTA REFERENCIAL DO IASEP, correspondente a data da realização dos mesmos;

3.2.3 - O realinhamento dos preços praticados na LISTA REFERENCIAL DO IASEP, dar-se-á após análises de impactos financeiros e comprovada disponibilidade orçamentária, com o referendo do Conselho de Administração - CONAD.

3.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os Pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados tendo como base as seguintes condições:

3.3.1 - O pagamento dos serviços prestados será realizado no prazo de 90(noventa) dias, a partir da apresentação das contas ao CONTRATANTE, excetuando-se o valor referente a glosas;

3.3.2- "Enquanto o CONTRATADO não cumprir a obrigação do item anterior, não será computado o início do prazo á CONTRATANTE."

3.3.3 - O CONTRATADO deve apresentar a Nota Fiscal e Recibo, acompanhados de Guias de recolhimento de FGTS e INSS, devidamente quitadas, referente ao mês anterior à execução do serviço;

3.3.4 - Os pagamentos devidos ao CONTRATADO, serão efetuados através de Ordem Bancária em Conta Corrente do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme os termos do Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008;

3.3.5- O IASEP pagará mensalmente ao (a) CONTRATADO após análise técnica e conferência administrativa e auditoria técnica pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao total de atendimentos realizados, em conformidade com a LISTA REFERENCIAL DO IASEP, cujo valor global é estimado em R\$ 80.000,00(Oitenta Mil Reais), para o período de 12 meses.- MECANISMO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO:

3.4.1 - A execução do presente Contrato será avaliada pelo CONTRATANTE, através de procedimento de Vistoria, supervisão direta "in loco" e auditoria técnica, com a finalidade de verificar a qualidade dos serviços prestados, podendo acessar qualquer documento necessário ao controle e avaliação dos mesmos, ficando resguardados os procedimentos éticos e de sigilo profissional;

3.4.2 - É vedado ao CONTRATADO impedir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços que realiza e, prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos técnicos designados pelo CONTRATANTE, para essa finalidade;

3.4.3 - É expressamente vedada ao CONTRATADO, a cobrança de quaisquer valores diretamente ao segurado;

CLÁUSULA QUARTA - DA ANÁLISE DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS

PRESTADOS: A documentação que integra a Cobrança dos serviços realizados e, apresentados pelo CONTRATADO, passará por análise técnica e conferência administrativa por parte do CONTRATANTE, para verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pelo IASEP, ou detectar situações que exijam maior avaliação da estrutura dos processos aplicados e os resultados alcançados, de forma a aferir a adequação aos critérios e parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, mediante exame analítico e em caso de ser constatada inconsistência administrativa e ou técnica será objeto de Glosa, não cabendo recurso administrativo da mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES: Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

5.1 - ADVERTÊNCIA – aplicável nos casos de qualquer das Cláusulas do Contrato, passando a referida advertência, a fazer parte da Pasta do Credenciado;

5.2 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO – aplicável nos casos ou reincidência do item anterior, e na situação prevista no item 2.1.10, deste instrumento;

5.3 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAR COM O IASEP – aplicável nos casos reincidência do item anterior, por prazo não superior a 2 anos;

5.4 – DECLARAÇÃO COM INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL - nas situações de litígio envolvendo o CONTRATANTE e o CONTRATADO, será instaurado Processo Administrativo para apuração dos fatos, após conclusão se indicado, será encaminhado ao Órgão competente do Estado, para as medidas legais cabíveis;

5.5 - RESCISÃO DO CONTRATO – aplicável nos casos previstos nos Artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização do Contrato se dará da seguinte forma:

6.1 – Conforme artigo 67 da Lei 8.666/93, a prestação dos serviços contratados, será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do CONTRATANTE, especialmente designado, para a função de Fiscal do Contrato, com atribuições específicas;

6.2 – A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, a sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE, de seus Agentes ou Prepostos;

6.3 – Quaisquer exigências da fiscalização inerente ao Objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.4 Fica designada a **Gerência de Regulação em Saúde**, que procederá fiscalização e controle do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ORÇAMENTO: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária do CONTRATANTE, para o exercício 2022, conforme discriminação abaixo:

FONTE DE RECURSOS	RECEITA PRÓPRIA - 0261
PROJETO ATIVIDADE	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - 6808
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	PESSOA JURÍDICA - 339039
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	PESSOA FÍSICA - 339036

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O presente Contrato terá a vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo, de comum acordo, mediante Termo Aditivo, ser renovado até o limite legal, permitido na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO: A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações, em especial, pela inobservância da Legislação vigente e os compromissos previstos neste Contrato;

9.1 - A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE, nos casos enumerados na Lei 8.666/93 e suas alterações, comunicando expressamente ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados;

9.2 - O CONTRATADO poderá resilir administrativamente o Contrato, de acordo com o previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações, desde que comunique expressamente esta intenção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, hipótese em que será procedido o seu descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS: Fica definido que os casos omissos serão submetidos à apreciação e deliberação do Contratante, cabendo recurso da decisão proferida ao Conselho de Administração do IASEP – CONAD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO: O presente Contrato deverá ser publicado em forma de Extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir questões referentes à execução do presente Contrato e seus aditivos, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos contratantes e nem pelo CONAD.

E, por estarem, assim, justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.



Belém, PA, _____ de _____ de 2022.

BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
Presidente/IASEP

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

ANEXO IV**Ao****IASEP - Comissão De Credenciamento****Ref: CHAMADA PÚBLICA Nº xxx/2022****ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CREDENCIADOS**

NOME	
CNPJ	
CONTRATO Nº. /2022	
ÁREA DE ATUAÇÃO	
ESPECIALIDADES	
O CONTRATADO prestará os serviços abaixo discriminados(s) pelo IASEP.	
1)CONSULTA MÉDICA NAS ESPECIALIDADES;	
2) PROCEDIMENTOS E CIRURGIAS AMBULATORIAIS;	
3)APOIO DIAGNÓSTICO;	
4) FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL;	
5) TRATAMENTO SEQUENCIAL;	
6) MEDICINA NUCLEAR;	
7) ASSISTÊNCIA HOSPITALAR;	

A Lista Referencial do IASEP representa a sistematização dos códigos para procedimentos e exames das tabelas AMB e LPM, além dos códigos próprios e de pacotes do IASEP para identificação similar a itens incluídos mais recentemente e constantes da CBHPM: contém os respectivos preços praticados pelo IASEP com os nivelamentos de valoração para o coeficiente de Honorários de procedimentos e Apoio Diagnóstico em Exames Laboratoriais, Imagem e Medicina Nuclear, valores de Diárias e Taxas por grupamento de Hospitais por categorias.

Local e data _____

Responsável (nome completo) (N.º do CPF)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL**

Ao

IASEP - Comissão De Credenciamento

Ref: CHAMADA PÚBLICA Nº xxx/2022

**ASSUNTO: MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL**

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação

Local e data _____

Responsável (nome completo) (N.º do CPF)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL.

Ao

IASEP - Comissão De Credenciamento

Ref: CHAMADA PÚBLICA Nº xxx/2022

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento Chamada Publica nº. 001/2022, DECLARA, sob as penas da Lei, que: - Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal/Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerencia, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº.04/90).

Local e data _____

Responsável (nome completo) (N.º do CPF)



Belém/PA, 06 de Junho de 2022.

BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
Presidente/IASEP

FRANK KARSON XABREGAS LOBATO
Presidente da Comissão de Credenciamento do IASEP

ROBSON MANOEL COSTA PEREIRA
Membro da Comissão de Credenciamento

YARA MARIA BARROS CAVALEIRO DE MACEDO
Membro da Comissão de Credenciamento

LEANDRO LUCAS DOS SANTOS
Membro da Comissão de Credenciamento

ANDREA FONTENELE GOMES ALVES
Membro da Comissão de Credenciamento